



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 62/XI/ 2.ª SL

Aos 25 dias do mês de Janeiro de 2011, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

1 - Audição ao Embaixador da Hungria sobre as prioridades da Presidência Húngara do Conselho da União Europeia.

II PARTE

2 - Solicitação de contributos para a revisão da metodologia de escrutínio adoptada pela Comissão de Assuntos Europeus em 20 de Janeiro de 2010;

3 - Apreciação e votação dos Pareceres elaborados na CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

- Relatório da 1.ª Comissão sobre a COM (2010) 708 - Proposta de Decisão do Conselho, que altera a Decisão 2008/203/CE, de 28 Fevereiro de 2008, que aplica o Regulamento (CE) n.º 168/2007 no que respeita à adopção de um quadro plurianual para a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia relativo a 2007-2012;

Deputada Autora de Parecer: Ana Couto (PS)

- Relatório da 9.ª Comissão sobre a COM (2010) 571 - Livro Verde relativo ao alargamento da utilização da contratação pública electrónica na UE;

Deputado Autor de Parecer: José Ferreira Gomes (PSD)

4 - Nomeação de Deputado Autor de Parecer na CAE, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias, relativamente aos seguintes Relatórios e iniciativas europeias:

- Relatório da 6.ª Comissão sobre a COM (2010) 726 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à integridade e à transparência nos mercados da energia;
- COM (2010) 738 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera o Regulamento (CE) n.º 1234/2007 do Conselho no que respeita às normas de comercialização;

- COM (2010) 733 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos sistemas de qualidade dos produtos agrícolas;
- Relatório da 7ª Comissão sobre a COM (2010) 745 - Proposta de Regulamento (UE) do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 1290/2005 do Conselho relativo ao financiamento da política agrícola comum e que revoga os Regulamentos (CE) n.º 165/94 e (CE) n.º 78/2008 do Conselho;
- COM (2010) 759 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 834/2007 relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos;
- Relatório da 7ª Comissão sobre a COM (2010) 761 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 485/2008 do Conselho relativo aos controlos, pelos Estados-Membros, das operações que fazem parte do sistema de financiamento pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia;
- COM (2010) 767 - Proposta de Regulamento (UE) do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece medidas específicas no domínio agrícola a favor das ilhas menores do mar Egeu
- COM (2010) 749 - Proposta de Decisão do Conselho que altera a Decisão 2004/162/CE no que diz respeito aos produtos que podem beneficiar de uma isenção ou de uma redução do «octroi de mer»;
- COM (2010) 775 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece requisitos técnicos para as transferências de créditos e os débitos directos em euros e que altera o Regulamento (CE) n.º 924/2009 (Texto relevante para efeitos do EEE);
- Relatório da 11ª Comissão sobre a COM (2010) 794 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 883/2004 relativo à coordenação dos sistemas de segurança social e o Regulamento (CE) n.º 987/2009 que estabelece as modalidades de aplicação do Regulamento (CE) n.º 883/2004 (Texto relevante para efeitos do EEE e para a Suíça);
- Relatório da 6ª Comissão sobre a COM (2010) 642 Final - "Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu, ao Comité das Regiões e ao Banco Europeu de Investimento: "Conclusões do quinto relatório sobre coesão económica, social e territorial: o futuro da política de coesão";
- Relatório da 6ª Comissão sobre a COM (2010) 677 Final - "Comunicação Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Prioridades em infra-estruturas energéticas para 2020 e mais além - Matriz para uma rede europeia integrada de energia.

- Relatório da 6ª Comissão sobre a COM (2010 612 Final - "Comunicação da Comissão ao Comité, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Comércio. Crescimento e questões internacionais - A política comercial como um elemento central da estratégia da UE para 2020.

5 - Apreciação e votação da acta n.º 52 de 7 de Dezembro de 2010;

6 -Outros Assuntos

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Vitalino Canas (PS), iniciou a reunião saudando o Sr. Embaixador da República da Hungria, Sr. Norbert Konkoly, e agradecendo a sua disponibilidade para vir à Assembleia da República apresentar as Prioridades da Presidência húngara do Conselho da União Europeia.

Esta reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e ficará acessível na Internet, na página da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

O Sr. Embaixador da República da Hungria, iniciou a sua exposição, que foi secundada por uma apresentação em *powerpoint*, que se anexa à presente acta dela fazendo parte integrante, referindo que pela primeira vez a Hungria ia assumir a presidência do Conselho da União Europeia e que tal ocorria num momento particularmente difícil. Relativamente às prioridades, o Sr. Embaixador referiu que seriam essencialmente quatro: a gestão da crise económica e financeira; uma Europa mais forte e mais profunda; uma União mais próxima dos cidadãos; e alargar com responsabilidade e comprometer-se na esfera global.

De seguida, explicitou alguns subtemas, que a Hungria dá particular importância. Em primeiro lugar, aludiu à importância de criar um mercado comum energético europeu, de construir infra-estruturas necessárias e de diversificar fornecedores e, nesse âmbito, referiu que o Conselho Europeu de 4 de Fevereiro será subordinado ao tema Inovação e Energia. Em segundo lugar, referiu que a presidência húngara irá apostar na aprovação de um quadro normativo para os Roma. Em terceiro lugar, referiu a Conferência sobre o Ano Europeu do Voluntariado, que irá decorrer em Budapeste, entre 15 e 17 de Abril de 2011. Em quarto lugar, referiu que a Hungria deseja aprofundar todos os processos de negociação em curso com os países candidatos, até porque é muito importante para os Estados que desejam fazer parte da União não se sentirem colocados de parte e não verem as suas expectativas defraudadas.

Por último, agradeceu o apoio de Portugal ao esforço de organização da presidência, referindo que a Hungria acompanhou as presidências organizadas por Portugal e que serviram como exemplo. Acrescentou ainda que a Hungria observa com muito interesse a aposta portuguesa nas energias renováveis e acompanha o desenvolvimento do programa SIMPLEX.

O Sr. Presidente aludiu ao curriculum vitae do Sr. Embaixador para aludir ao estudo por este elaborado sobre a adesão de Portugal ao Euro e de seguida deu a palavra aos Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) começou por desejar felicidades à presidência húngara e enalteceu o facto do Sr. Embaixador falar em português. Na generalidade, demonstrou a concordância do PSD com o programa apresentado, mas questionou-o sobre o sentido da expressão "Europa mais forte"; sobre a possibilidade da UE conseguir dar uma resposta abrangente e rápida à actual crise; sobre a necessidade de garantir fundos para suportar políticas fortes; e, em relação ao alargamento, colocou em causa se este seria o momento ideal para alargar a União Europeia.

De seguida, o Sr. Deputado José de Bianchi (PS) agradeceu a apresentação e concordou com a ideia de que com mais Europa se fará melhor Europa. Demonstrou também em nome do Partido socialista a concordância com as prioridades definidas pela presidência húngara e referiu acompanhar em toda a extensão as considerações do Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD). Não terminou sem dar o devido ênfase à iniciativa que visa dar um enquadramento normativo aos Roma e acrescentou que tal revela a veia europeísta da Hungria e a partilha dos valores europeus. Por último, questionou o Sr. Embaixador sobre como considera que os Parlamentos nacionais devem participar no "Semestre Europeu".

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) solicitou a palavra para felicitar a Hungria pelas prioridades definidas e pediu a melhor compreensão por ter de abandonar a reunião a meio, mas a Sra. Ministra da Saúde estava na reunião da Comissão de Saúde e teria de se deslocar até lá.

A Sra. Deputada Cecília Honório (BE) começou por fazer votos de sucesso para a presidência húngara. No que diz respeito à governação económica, aludiu à necessidade de alargamento do Fundo Europeu de Estabilização, mas também à continuação da pressão dos mercados sobre as dívidas soberanas dos países da periferia da Europa e questionou sobre se a presidência húngara considera existirem condições para se começarem a tomar decisões firmes neste âmbito.

Ainda sobre esta temática indagou sobre a perspectiva húngara em relação às formas de ultrapassar a actual crise. No que diz respeito à ideia de tornar a Europa mais forte, considerou que tal será difícil sem uma profunda refundação das instituições europeias. Relativamente ao incremento do emprego no espaço da UE, a Sra. Deputada colocou ênfase na capacidade de equacionar o orçamento da União dotando-o de fundos que garantam a viabilidade da Estratégia EU 2020. Aludiu brevemente à questão da liberdade de imprensa na Hungria e suscitou dúvidas sobre se esse caminho conduziria a uma Europa mais forte. Finalmente, em relação ao alargamento, solicitou esclarecimentos sobre qual a posição da Hungria em relação à Turquia.

O Sr. Deputado Pedro Brandão Rodrigues (CDS-PP) referiu que no modelo do Tratado de Lisboa, a presidência rotativa é um desafio a cada Estado-Membro para quando a detém poder introduzir um toque próprio à condução dos trabalhos, um toque que seja o resultado da sua História, da sua Cultura e dos seus talentos próprios. Assim começou por questionar o Sr. Embaixador sobre o que iria a Hungria fazer de diferente.

O Sr. Embaixador da República da Hungria começou por agradecer as diversas intervenções e referiu que 6 meses é um tempo curto para fazer muita coisa, mas a Hungria acredita que é suficiente para introduzir importantes alterações. Enquanto respondia às questões formuladas, aproveitou para realçar novamente a importância da questão energética e para se referir ao Fundo de Coesão e à PAC.

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus agradeceu a presença do Sr. Embaixador, referindo que são sempre muito interessantes estes contactos até para se ter um conhecimento mais profundo da presidência que se inicia. Terminou a audição desejando o maior sucesso para a presidência húngara.

No ponto dois da Ordem do Dia, o Sr. Presidente fez a síntese do que tinha ocorrido na reunião anterior a propósito da revisão da metodologia e sugeriu que os diferentes Grupos Parlamentares apresentassem propostas concretas de alteração de metodologia no sentido de se tentar chegar a um acordo.

O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD) referiu que não tinha sido possível estar presente na última reunião, mas que considerava a revisão da metodologia algo positivo. Contudo, em relação ao debate que ocorreu na última reunião, considerou que algumas propostas sugeridas são inconciliáveis e que outras não são desejáveis, como por exemplo, a distinção entre iniciativas legislativas e não legislativas e consequências daí inerentes. Terminou referindo que o PSD contava

muito brevemente apresentar propostas concretas e incitou os outros Grupos Parlamentares a fazerem o mesmo.

O Sr. Presidente referiu que até ser tomada uma decisão se iria manter a metodologia existente. No entanto, considerou que o debate deveria ser concluído até meados de Fevereiro para poder ser praticável. Acrescentou ainda que existe um consenso: tornar o trabalho dos Deputados mais político, a questão reside em como é que se atinge esse objectivo. Referiu ainda que para lá da distinção entre iniciativas legislativas e não legislativas, também não obteve consenso dar mais protagonismo ao Deputado relator, pelo que essas duas propostas não deverão ser contempladas. Convidou novamente todos os Grupos Parlamentares a apresentarem propostas concretas até ao final de Janeiro.

No terceiro ponto da Ordem do Dia, a Sra. Deputada Ana Couto (PS) apresentou o seu Parecer sobre a Proposta de Decisão do Conselho, que altera a Decisão 2008/203/CE, de 28 Fevereiro de 2008, que aplica o Regulamento (CE) n.º 168/2007 no que respeita à adopção de um quadro plurianual para a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia relativo a 2007-2012 [COM(2010)708], que foi objecto de Relatório da 1.ª Comissão. Este parecer foi então sujeito a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

De seguida, dada a ausência do Sr. Deputado José Ferreira Gomes (PSD), o Sr. Deputado Luís Rodrigues procedeu à apresentação do Parecer sobre o Livro Verde relativo ao alargamento da utilização da contratação pública electrónica na EU [COM(2010)571], que foi objecto de Relatório da 9.ª Comissão. O parecer foi então apreciado pela Comissão, que o aprovou por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

A propósito deste último parecer, o Sr. Presidente da Comissão realçou a importância do tema e que a Comissão deveria acompanhar o seu desenvolvimento com especial atenção.

No ponto quatro da Ordem do Dia, a Sra. Deputada Cecília Honório (BE) foi nomeada Deputada Autora do Parecer relativo à COM (2010) 726 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à integridade e à transparência nos mercados da energia, que foi objecto de Relatório da 6.ª Comissão. O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) foi nomeado Deputado Autor do Parecer sobre a COM (2010) 738 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera o Regulamento (CE) n.º 1234/2007 do Conselho no que respeita às normas de comercialização. O Sr. Deputado João Serpa Oliva

(CDS-PP) foi nomeado Autor do parecer relativo à COM (2010) 733 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos sistemas de qualidade dos produtos agrícolas. O Sr. Deputado Pedro Brandão Rodrigues (CDS-PP) foi nomeado Autor do parecer relativo à COM (2010) 612 Final - "Comunicação da Comissão ao Comité, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Comércio. Crescimento e questões internacionais - A política comercial como um elemento central da estratégia da UE para 2020, que foi objecto de Relatório da 6ª Comissão.

De seguida, o Grupo Parlamentar do PSD indicou para elaborarem Pareceres, os seguintes Deputados: o Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) para o Relatório da 7ª Comissão sobre a COM (2010) 745 - Proposta de Regulamento (UE) do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 1290/2005 do Conselho relativo ao financiamento da política agrícola comum e que revoga os Regulamentos (CE) n.º 165/94 e (CE) n.º 78/2008 do Conselho; a Sra. Deputada Vânia Jesus (PSD) para a COM (2010) 767 - Proposta de Regulamento (UE) do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece medidas específicas no domínio agrícola a favor das ilhas menores do mar Egeu; o Sr. Deputado Carlos São Martinho (PSD) para a COM (2010) 775 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece requisitos técnicos para as transferências de créditos e os débitos directos em euros e que altera o Regulamento (CE) n.º 924/2009 (Texto relevante para efeitos do EEE); e o Sr. Deputado José Ferreira Gomes (PSD) para o Relatório da 6ª Comissão sobre a COM (2010) 642 Final - "Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu, ao Comité das Regiões e ao Banco Europeu de Investimento: "Conclusões do quinto relatório sobre coesão económica, social e territorial: o futuro da política de coesão".

Ao Grupo Parlamentar do PS coube indicar Deputados responsáveis para elaborar pareceres relativos às seguintes iniciativas: COM (2010) 759 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 834/2007 relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos; Relatório da 7ª Comissão sobre a COM (2010) 761 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 485/2008 do Conselho relativo aos controlos, pelos Estados-Membros, das operações que fazem parte do sistema de financiamento pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia; COM (2010) 749 - Proposta de Decisão do Conselho que altera a Decisão 2004/162/CE no que diz respeito aos produtos que podem beneficiar de uma isenção ou de uma redução do «octroi de mer»; Relatório da 11ª Comissão sobre a COM (2010) 794 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que

altera o Regulamento (CE) n.º 883/2004 relativo à coordenação dos sistemas de segurança social e o Regulamento (CE) n.º 987/2009 que estabelece as modalidades de aplicação do Regulamento (CE) n.º 883/2004 (Texto relevante para efeitos do EEE e para a Suíça); e o Relatório da 6ª Comissão sobre a COM (2010) 677 Final - "Comunicação Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Prioridades em infra-estruturas energéticas para 2020 e mais além - Matriz para uma rede europeia integrada de energia. Dada a ausência da Sra. Deputada Coordenadora do PS na CAE, foi referido que os nomes seriam indicados posteriormente.

No quinto ponto da Ordem do Dia, foi apreciada e aprovada por unanimidade a acta n.º 52 de 7 de Dezembro de 2010, registando-se a ausência do PCP.

No último ponto da Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu conta das reuniões previstas para Fevereiro, bem como outras informações relevantes. Antes de terminar a reunião, o Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD) solicitou a palavra para recordar a audição ao Sr. Ministro das Finanças, na sequência do requerimento do PSD, e manifestou que o interesse da audição seria ela ocorrer no decurso de Fevereiro. O Sr. Presidente tomou boa nota do exposto e referiu que iria diligenciar no sentido de que a audição se realizasse em Fevereiro.

A reunião foi encerrada às 17:50 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 2 de Fevereiro de 2011.


O PRESIDENTE

(VITALINO CANAS)



Anexo: Apresentação em Powerpoint utilizada pelo Sr. Embaixador da República da Hungria

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Ana Couto
Arménio Santos
Carlos Costa Neves
Cecília Honório
João Serpa Oliva
José de Bianchi
José Ribeiro
Luís Rodrigues
Paulo Pisco
Pedro Brandão Rodrigues
Vânia Jesus
Vitalino Canas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Duarte

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
António Gameiro
Carlos São Martinho
Honório Novo
José Ferreira Gomes
Luísa Roseira
Sérgio Sousa Pinto

Presidência Húngara do Conselho da União Europeia

01 de Janeiro – 30 de Junho 2011

Apresentação do programa

O nosso lema: uma Europa forte com um toque humano

- Instituições fortes
- Estados-Membros fortes
- Políticas Comuns fortes
- Euro forte
- *Mais e não menos Europa*

Prioridades da Presidência Húngara

- Gestão da crise económica e financeira.
- Europa mais forte, mais profunda.
- Uma União mais próxima dos cidadãos.
- Alargar com responsabilidade e comprometer-se na esfera global.

Gestão da crise

Governança económica

- encontrar um compromisso sobre as seis propostas da COM até Junho 2011
- melhorar a disciplina fiscal e alargar a vigilância económica
- estabelecer o Mecanismo Europeu de Estabilidade até meados de 2013; alterar o Tratado
- Resultado: Lançamento da Análise Anual do Crescimento

Gestão da crise

Estratégia Europa 2020

- Avaliação da implementação do programa nacional de reforma
- Lançamento do Semestre Europeu
- Ênfase sobre a criação de emprego
- Inovação

Gestão da crise

Crescimento e emprego

- Europa Digital
- Ênfase sobre a criação de emprego
- Mercado único: completar o mercado interno desmantelando as barreiras ainda existentes
- „Juventude em Movimento”: promover a mobilidade dos estudantes.

Gestão da crise inclusão social

- Plataforma Europeia Contra a Pobreza: pela integração da população romã e contra a pobreza infantil
- Quadro Europeu sobre as Estratégias Nacionais de Integração Romã (educação e emprego)
- Tendências demográficas e políticas de família: avaliação geral, intercâmbio das melhores práticas

Europa mais forte políticas fortes

- **Coesão** económico, social e territorial: um dos pilares principais da EU.
- **Política agrícola comum:** preservar os valores e enfrentar os novos desafios globais.
- **Segurança energética:** Criar um mercado comum energético europeu, construir as infra-estruturas necessárias, diversificar fornecedores.

Europa mais forte e sustentável

Sustentabilidade ambiental:

- Decisões de Cancún, mais negociações progressivas
- Gestão de casos extremos relacionados com a água

Cooperação macro-regional:

- Estratégia Europeu do Danúbio

Uma União próxima dos cidadãos

Implementação do programa de Estocolmo:

- promover o direito à igualdade na justiça, ajudar as vítimas
- lutar contra o crime organizado e o cybercrime
- proteger os dados pessoais
- Portal europeu de e-justice: acesso fácil à justiça

Carta dos Direitos Fundamentais:

- Promover a sua implementação, conclusões do Conselho

Uma União próxima dos cidadãos

Espaço Schengen

- Queremos acolher RO e BG no espaço Schengen assim que cumprirem todas as condições

Migração

- Melhor gestão do fluxo migratório
- Política migratória geograficamente equilibrada

Uma União próxima dos cidadãos

- **Ano Europeu do Voluntariado**
 - Dar maior reconhecimento ao voluntariado
- **Diversidade cultural**
 - Enfatizar o papel da UE na prevenção e promoção da herança e diversidade cultural
 - Realçar a viabilidade e o acesso aos fundos europeus para a sociedade civil

Alargar com responsabilidade e comprometer-se na esfera global

- Europa tem que ficar aberta para aqueles países que cumprem os critérios e estão dispostos a introduzir reformas no espírito dos valores europeus
- Objectivo: avançar nas negociações com todos os países candidatos

Alargar com responsabilidade e comprometer-se na esfera global

- Croácia: fechar com sucesso as negociações
- Turquia: avançar o processo conforme a sua preparação (abrir um capítulo)
- Islândia: resultados mais concretos
- Balcãs Orientais: continuar o processo do alargamento.

Alargar com responsabilidade e comprometer-se na esfera global

- **Relações Exteriores:**
 - Tratado de Lisboa - a presidência rotativa não joga um papel central nas questões da PESC
 - A PRES húngara quer dar o máximo suporte a Alta Representante e a SEAE
- **Politica de Vizinhança Europeia**
 - Renovar a politica de vizinhança da UE é uma prioridade especial
 - Continuar o compromisso com uma Parceria forte Euro-Mediterrânea

Alargar com responsabilidade e comprometer-se na esfera global

- **Parceria Oriental:**
 - Reforçar as relações entre a UE e os países não membros que participam
 - Uma visão diferenciada baseada sobre as necessidades e capacidades dos países envolvidas
- **Serviço Europeu para a Acção Externa**
 - Operativo logo que possível

Alargar com responsabilidade e comprometer-se na esfera global

- **Parcerias Estratégicas:**
 - Estratégias individuais concebidas para os nossos parceiros
- **Política Europeia de Defesa Comum**
 - Iniciar a implementação das inovações do Tratado de Lisboa
- **Política de desenvolvimento da UE**
 - Continuar a discussão sobre o aumento da eficácia das ajudas dos EM da UE

Obrigado pela vossa atenção

Norbert KONKOLY
Embaixador da República da Hungria